

PORTARIA Nº 023/2022

O Presidente da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a necessidade de manter o controle e a fiscalização sobre a execução dos Contratos celebrados pela Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, tendo em vista os princípios da legalidade, moralidade e eficiência, e;

Considerando o comando insculpido no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, que impõe à Administração o dever de acompanhar e fiscalizar a execução de seus contratos e as seguintes,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar a servidora, **ÉDIA LUCIENE MAGALHÃES DE CARVALHO NETO**, matrícula nº 061, para atuar como gestora dos Contratos nº 011, 012, 013, 014, 015, 016, 017, 018, 019, 020, 021, 022 e 023/2022, celebrado entre a Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete e as os licitantes credenciados ADRIANA DA SILVA RAMALHO; VANESSA APARECIDA HONORATO RESENDE; POLYANNA SANTOS NEREU; THAYS LAYLA BARBOSA MEDEIROS; CREUSA CRISTINA DE JESUS LOATI; MARLON DE PAULA BRAGA; MILENE CRISTINA BARBOSA SILVA; DÉBORA APARECIDA DOS SANTOS; PEDRO CARLOS DA COSTA PECHINCHA; PEDRO CARLOS DA COSTA PECHINCHA-ME; YASMIN GABRIELLE LIMA PASCOAL; JANAINA SILVA BOTELHO BRAGA; EDUCALIBRAS TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO IDIOMA DE LIBRAS LTDA. – EPP; respectivamente, cujo objeto é a contratação de serviços de tradução e interpretação de Libras / Língua Portuguesa (Língua Brasileira de Sinais) nas Sessões Ordinárias, Extraordinárias, Solenes, Audiências Públicas e atendimentos ao público na Câmara Municipal, conforme especificações contidas no Processo Administrativo nº 066/2021.

Art. 2º – Estabelecer que, para a consecução do objetivo proposto neste ato, a servidora ora designada, deverá:

I – acompanhar a execução e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações pactuadas no referido contrato sob sua gestão;

II – observar e fazer cumprir o prazo de sua vigência;

III – observar a regularidade das despesas empenhadas, de conformidade com a previsão de pagamentos;

IV – comunicar à autoridade competente, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, a data de expiração da vigência do ajuste e a eventual necessidade de prorrogação;

V – encaminhar as notas fiscais ao Setor Financeiro, devidamente atestadas, logo após o serviço prestado ou da entrega do objeto; a apresentação de fatura/nota fiscal sem o devido atesto e/ou em desacordo com a Lei 4.320/64, ensejará no não pagamento das mesmas.

Art. 3º – Estabelecer ainda, que a Gestora ora designada apresentará à Diretoria Geral da Câmara Municipal, relatório mensal sobre a execução do ajuste.

§1º – O relatório de que trata o caput deste artigo deverá conter:

I – descrição circunstanciada da execução do contrato;

II – eventual descumprimento das cláusulas ajustadas;

III – as ocorrências que a Gestora julgar pertinente relatar, ante a possibilidade de interrupção ou suspensão da execução do contrato;

IV – a necessidade de tomada de decisões que exorbitarem de suas funções.

§2º – A periodicidade estabelecida não impede a comunicação eventual de ocorrências consideradas urgentes pelo Gestor.

Art. 4º – Determinar que a Diretoria-Geral, ante a constatação de descumprimento desta Portaria, comunique, incontinenti, à autoridade competente, para adoção das medidas cabíveis.

Art. 5º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 04 DE FEVEREIRO DE 2022.

VEREADOR OSWALDO ALVES BARBOSA
- Presidente da Câmara -